



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião dos países em desenvolvimento (G-5) com o G-8

Heiligendamm - Alemanha, 08 de junho de 2007

Presidente: Bom, vou fazer apenas um pequeno resumo da sensação que eu tive nessa reunião do G-8 mais 5, e também da participação no almoço com os países da África que participaram de uma reunião com o G-8.

Para mim, o que está claro é que o G-8 está cada vez mais consciente de que os temas que estão em discussão nesse momento não permitem que apenas os países mais ricos do mundo decidam sobre eles, e que é importante envolver não apenas países grandes como China, Índia, Brasil, África do Sul e México, mas os países que nós entendemos que são extremamente necessários e importantes para a conclusão da Rodada de Doha, que são exatamente os países com menos desenvolvimento no Planeta. Isso, do lado da Rodada de Doha.

Do lado da questão climática, também fica bastante visível que os países mais pobres e os países em desenvolvimento têm muito a ver com essa questão, para evitar que a discussão seja um instrumento de inibição do crescimento dos países pobres ou dos países em desenvolvimento. Toda vez que nós começarmos a discutir a questão da emissão de gases que causam o efeito estufa, nós temos que lembrar que tudo que fizermos daqui para a frente não vai diminuir o efeito dos gases que já estão praticando o efeito estufa hoje. Portanto, é necessário que cada país invista o máximo possível na melhoria tecnológica para que a gente possa, não apenas deixar de emitir a quantidade de gases poluentes que se emite hoje, mas também tentar captar aqueles que já estão na atmosfera. Esse é o desafio que está colocado para todos nós.

O que nós, países em desenvolvimento, temos reivindicado? Nós temos



reivindicado que, em primeiro lugar, nós não abrimos mão da possibilidade de crescimento dos nossos países. No caso do Brasil, nós temos uma vantagem comparativa com outros países, não só pela nossa prática de biocombustíveis, já antiga, com o etanol, e já com a mistura de 25% de álcool na gasolina, mas agora também com a questão do biodiesel que começa, a partir de janeiro, com a introdução de 2% de biodiesel no óleo diesel, imaginando chegar a 5% em 2010 e, num futuro muito próximo, chegar a 20% de biodiesel no óleo diesel, equiparando-se mais ou menos a quantidade de álcool que nós colocamos na gasolina, com uma vantagem ainda maior para o Brasil com a produção do *flex-fuel*, em que você pode utilizar 50% de álcool e 50% de gasolina, ou pode utilizar 100% de cada um.

Mais ainda, o Brasil é um país em que 85%, ou melhor, 89% da sua energia elétrica produzida é energia renovável, energia limpa, ou seja, não é energia produzida a óleo diesel e tampouco energia produzida à base do carvão, que é poluente. Isso nos dá uma vantagem. Ora, se o Brasil leva a sério o que nós conseguimos fazer nesses últimos dois anos, de diminuir o desmatamento, como diminuimos em 51%, 52%, significa que evitando o desmatamento, com uma boa política de etanol e com uma boa política de biodiesel, nós não só estaremos deixando de desmatar, mas estaremos plantando novas árvores que, na sua fase de crescimento, vão captar parte do CO₂ que está jogado na atmosfera.

Então, eu penso que há compreensão de todos, eu acho que é uma evolução. Eu queria dizer para vocês da imprensa que assim caminha a humanidade. Dez anos atrás ou 15 anos atrás, falar da questão climática parecia um absurdo, e quando aparecia alguém falando numa universidade, normalmente se dizia que aquela pessoa era maluca, que não compreendia nada. Eu tive o prazer de ser presidente do Brasil e de poder participar de uma reunião com os principais presidentes dos principais países do mundo, e todo mundo está convencido de que é preciso tomar medidas para melhorar o futuro



da humanidade.

Essa, para mim, é uma conquista importante, saber que as pessoas estão compreendendo e saber que as pessoas estão conscientes de que têm que tomar medidas. Cada um está procurando, em função dos problemas políticos internos, em função dos problemas do desenvolvimento industrial interno, ver qual é a melhor posição que tem que tomar, mas todos, sem distinção, sabem que é preciso fazer alguma coisa com uma certa urgência.

E por último, na questão da Rodada de Doha, já faz algum tempo que eu venho dizendo para vocês que eu sou otimista, e muita gente acha que eu não tenho nenhuma razão para ser otimista. Portanto, eu quero dizer para vocês que eu saio dessa reunião mais otimista do que entrei com relação à Rodada de Doha. Eu estou convencido de que nós estamos apenas por um fio, ou seja, é como se fosse um jogo de pôquer, cada um está com suas cartas escondidas, pedindo mais cartas, colocando mais fichas na mesa, pedindo mais fichas na mesa. Sempre haverá um momento em que o jogo, finalmente, irá aparecer.

Com qual conclusão eu saio dessa reunião? É que nós iremos concluir o acordo de Doha. Aquilo que parecia impossível vai acontecer, não sei se neste mês. Eu sei que nós vamos concluir, e vamos concluir por quê? Porque também há a disposição política de todos os presidentes. Eu me lembro que, em dezembro do ano passado, quando eu peguei o telefone para ligar para o presidente Bush, para ligar para o Tony Blair, para ligar para a chanceler Angela Merkel, para ligar para o Chirac, eu dizia: companheiros, esse problema não é mais econômico, esse problema é eminentemente político e nós vamos ter que tomar uma decisão política. O econômico não vai ferir a economia de nenhum país. Alguém pode perder alguma coisinha, alguém pode empatar. O interessante é que os países mais pobres tenham possibilidade de serem ganhadores nesse projeto todo.

Até porque o Brasil, na questão da agricultura, é muito competitivo. Se



nós tivermos que fazer as concessões, cada um na sua parte, ou seja, a Europa fazer a flexibilização dos produtos agrícolas, os Estados Unidos reduzirem seus subsídios, e o Brasil e os países do G-20 fazerem a flexibilização nos produtos industriais, e já há um consenso, todo mundo sabe que tem que fazer, se não quiser fazer vai ter que assumir e dizer que não queremos o acordo, então. Por isso, eu saí convencido de que todos também querem fazer o acordo. Então, não se surpreendam se, num tempo menor do que aquele que vocês esperam, for anunciado finalmente um acordo da Rodada de Doha. Então, eu saio dessa reunião com esses dois convencimentos.

Eu propus na reunião que nós tivéssemos o cuidado de que, na próxima reunião que vamos ter no Japão, nós pudéssemos mudar a metodologia das reuniões, que a gente pudesse chegar, quem sabe, a fazer um encontro antes com o G-8, para que o G-8 pudesse discutir, com base no documento que nós tínhamos que discutir.

Qual é o argumento do G-8? É de que o documento do G-8 não é definitivo, é um documento que vai para a discussão e vai ser concluído no Japão, em 2008. Por quê? Porque nós lembramos que tem um documento assinado pelo Brasil, pelo G-5, com a chanceler Angela Merkel, que é um pouco contraditório ao documento assinado pelo G-8. E nós fizemos questão de chamar a atenção de que tinha dois documentos e que era preciso assinar.

Então, a explicação pública que a chanceler alemã deu foi a de que o documento do G-8 é um documento para ser discutido até o Japão e, portanto, lá é que nós teremos a versão final das coisas que nós temos que aprovar.

Eu propus que, então, o G-5 ou os países convidados fossem convidados antes, que fizessem uma discussão antes, que disséssemos o que pensávamos antes para, depois, quando forem fazer a reunião do G-8, levarem em conta a existência das nossas propostas.

É isso, meus companheiros.



Jornalista: Eu gostaria, se o senhor pudesse, ser mais específico nas contradições entre o G-5 e o G-8. Aparentemente, as duas grandes divergências são a questão da propriedade intelectual e liberdade no investimento. Qual é a diferença?

Presidente: O que eu discuti não foi nem propriedade intelectual. O que eu discuti foi que, na questão climática, a versão que está colocada no documento do G-5 mais a chanceler alemã, é diferente da que está colocada no documento do G-8, que leva muito em conta a proposta do Bush e tem um agravante: houve uma reunião da OCDE em maio, em Berlim, e a OCDE não discutiu os assuntos que estão contidos no documento. Passa-se a idéia de que houve uma discussão e que, na discussão, eu tinha concordado. Então, eu fiz questão de começar a reunião dizendo que não tinha havido essa discussão e que tinha coisas no documento do G-8 que não tinham sido discutidas por ninguém, e nós não poderíamos concordar. Essa é a nossa grande discordância. Não entramos em item por item do documento do G-8, até porque eu particularmente não analisei item por item, eu peguei a linha geral do documento.

Jornalista: Mas mesmo nesse caso específico da questão climática, qual é, digamos, a grande divergência?

Ministro das Relações Exteriores: A grande divergência é entre os dois documentos. As nossas posições você conhece, as outras posições você conhece. Eu diria que, mais do que divergência, a grande diferença é que o documento assinado pelos cinco, com a coordenação alemã, enfatiza todo um processo, que é o processo das Nações Unidas, da Conferência do Clima, as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, isso é a base. O outro



documento, não é que ele diga que é contra isso, mas enfatiza muito mais metas voluntárias dos países, metas regionais. Enfim, ele vai por um caminho diferente e é curioso porque, de certa maneira, a Alemanha assinou os dois. Então, aí, a Chanceler deu essa explicação que, no caso, é um processo, que não há nenhum compromisso da nossa parte com relação ao documento do G-8, como aliás é óbvio, mas é que poderia ficar uma impressão errada.

Só para terminar, vou falar sobre um pontinho que ele perguntou, que eu gostaria de mencionar. Com relação à propriedade intelectual, no documento do G-5 mais um, vamos dizer, assim, que o único documento que nós assinamos, na realidade há uma referência clara à questão da declaração da OMC sobre propriedade intelectual e saúde, que é que nos dá a base para... não é a única coisa que nos dá base, mas que nos facilita a base para licenças compulsórias, em caso de necessidade de saúde pública.

Jornalista: Hoje, conforme foi publicado na Folha de São Paulo, o senhor deixou claro o seu apoio à medida tomada pelo governo venezuelano de não renovar a concessão para a RCTV. Ocorre que internamente, na Venezuela, há uma versão muito forte e com documentação da empresa, dizendo que, na verdade, a sua concessão se estenderia até 2022. O senhor considera que pode manter a sua posição de apoio, mesmo diante dessa versão, dessas dúvidas em relação até quando vai essa concessão? E o senhor não acha que esse tipo de medida fere, de certa forma, as regras básicas, os princípios básicos do respeito à liberdade de expressão?

Presidente: Veja, primeiro, eu não apoiei o Chávez. Eu não vi a matéria da Folha, mas eu não apoiei o Chávez, nem no primeiro dia, nem ontem, nem hoje. A única coisa que eu defendo é que aquilo é um problema, eminentemente, da Venezuela. Cada país toma conta do seu nariz. E o Chávez fez o que ele achou que a lei permitia que ele fizesse, apenas isso. Agora, se



you me asking: did Chávez commit a crime? Well, if you win the concession of anything, be it a taxi license or a television station, the grantor has the right to renew or not, it is as legitimate as granting.

Journalist: And if you don't win?

President: If you don't win, it's arbitrariness, because you didn't win. Now, in any form, it's necessary to know what the Constitution of Chávez says, it's necessary to know what the law of Chávez, of Venezuela, says. Here in Brazil we have rules, they are in the Constitution.

Journalist: You had a quick, informal meeting with the new French president, Nicolas Sarkozy. You can talk a little about this conversation with President Sarkozy? About Colombia, did you touch on the issue of the liberation of the captives?

President: First, Brazil has a highly privileged relationship with France, and this has been a historical thing. Those who participated in the "Year of Brazil in France" feel the closeness, the affection of the Brazilian people with the French people, and of the French people with the Brazilian people. We always had good relationships, be it with the socialist government, we had an extraordinary relationship with President Chirac, and I think we will have an extraordinary relationship with President Sarkozy. In fact, the year that is coming is the "Year of France in Brazil", in 2009. We will have to do as beautifully as the French did, there, I know.

The second thing is the following, President Sarkozy had called me, a few days ago, for me to intercede with President Uribe for the liberation of Senator Ingrid Betancourt. I called President Uribe,



conversei com ele, ele disse que tinha conversado com o presidente Sarkozy, e já tinha liberado 650 pessoas, tinha liberado um quadro importante das Farc, que era o Granda – eu não sei o primeiro nome dele – e que não tinha como liberar apenas a Ingrid, porque tem mais 65 pessoas que precisam ser liberadas, pessoas importantes da Colômbia. Então, ficou nisso, eu disse para o presidente Uribe que se ele precisar que a gente ajude nós estamos dispostos a contribuir naquilo que ele, presidente Uribe, achar que nós podemos contribuir. Essa coisa é muito delicada, não dá para a gente ficar tentando fazer interferência.

E o presidente Sarkozy não só agradeceu, como está fazendo desse negócio um movimento muito forte, ele está imbuído do desejo de trabalhar para libertar a Ingrid. Agora, não é só ela, são outros também, e aí tem que contar com a sensibilidade da Colômbia.

Jornalista: Presidente, o documento do G-8 fala, insiste novamente na necessidade de combate à corrupção, não só nos países ricos, como nos países emergentes. Diante da série de escândalos no Brasil: mensalão, navalha, furacão, xeque-mate, o senhor não acha que há uma falha na prevenção, não digo na operação, na prevenção da corrupção no Brasil?

Presidente: Veja, a prevenção que você tem em qualquer país do mundo, e no Brasil é igual, é que você tem todos os mecanismos que regulam os processos de licitação das empresas. No Brasil você tem até o pregão eletrônico. O que não falta é lei para fiscalizar.

O segundo passo que nós damos é a questão da apuração, ou seja, essa corrupção no Brasil, nos Estados Unidos, na Itália, em qualquer lugar, só aparece quando o governo vai a fundo na investigação. E quanto mais se vai a fundo na investigação, mais vai aparecer, até que um dia ela acabe, se é que um dia vai acabar. Se você não investigar, veja o que aconteceu na Itália, com



a Operação Mãos Limpas: de repente, apareceu um sem número de coisas. Parecia que tinha terminado. Esses dias, apareceu outra vez, nos clubes de futebol, o pessoal fazendo trambicagem na loteria. O dado concreto é que nós vamos continuar fazendo todas as investigações que é preciso fazer. Agora, por exemplo, no PAC, nós temos um conselho gestor do governo, um conselho gestor da Abdib, um conselho gestor da Fiesp. Agora, quando eu voltar para o Brasil, vou propor que a gente coloque o Tribunal de Contas e o Ministério Público para montar uma equipe para fiscalizar, porque o Ministério Público já fiscaliza. Vocês estão cansados de ver a quantidade de obras que eles embargam, depois tem o Tribunal de Contas. O que não falta no Brasil é gente para fiscalizar. Ainda assim, acontece. Na medida em que acontece mais, nós não temos o que fazer a não ser colocar a Polícia Federal para investigar tudo o que for necessário. E isso vai acontecer. Isso vale para mim, vale para você.

Na medida em que tenha que investigar, nós vamos investigar, e eu tenho dito o seguinte: nem aceito pressão para diminuir o processo de investigação da Polícia Federal, nem aceito pressão para diminuir – até porque ele é autônomo – a investigação do Ministério Público. A única coisa que eu tenho pedido é que eles sejam prudentes para não condenar inocentes e não absolver culpados. É a única coisa. E eu acho que eles estão fazendo isso direitinho. Dói? Dói. As pessoas que aparecem sofrem? Sofrem. Mas, um dia vai a julgamento e vai aparecer quem é culpado e quem é inocente.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: Pode haver, e o Congresso pode apresentar uma quantidade enorme de leis para dificultar ainda mais. Até a volta, deixa eu voltar para o Brasil.